

Índice

Notas Explicativas	1
--------------------	---

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. Contexto operacional

A TOTVS S.A. e suas controladas, (“TOTVS” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Braz Leme, 1.631 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, plataforma de processos, prestação de serviços de implementação, consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP), verticalizados conforme setor da economia, e têm por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a criação de fluxo de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administrativa, financeira, operacional, industrial, recursos humanos e de atendimento a clientes.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de janeiro de 2014.

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não resultarem precisamente os totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como número de clientes, *ticket* médio, *market share*, entre outros, não foram objeto de exame por parte de nossos auditores independentes.

#### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

##### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

## Notas Explicativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.25.

### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da TOTVS, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

### (c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS que entraram em vigor a partir de 2013 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Notas Explicativas

### 2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A TOTVS controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a TOTVS. A consolidação é interrompida a partir da data em que a TOTVS deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela TOTVS.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *ágio* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *ágio* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas e/ou incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e/ou incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2013 e de 2012, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

## Notas Explicativas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

### Participação direta:

Razão Social	Sede	Denominação Utilizada	Obs.	% de Participação	
				2013	2012
TOTVS Rio Software Ltda.	BRA	TOTVS Rio		100,00	100,00
TOTVS Nordeste Software Ltda.	BRA	TOTVS Nordeste		100,00	100,00
TOTVS Brasília Software Ltda.	BRA	TOTVS Brasília		100,00	100,00
TQTV D Software Ltda.	BRA	TQTV D		100,00	100,00
TOTVS Ventures Participações Ltda.	BRA	TOTVS Ventures	(b)	100,00	-
PRX Soluções em Gestão Agroindustrial Ltda.	BRA	PRX	(a)	60,00	-
P2RX Soluções em Software S/S Ltda.	BRA	P2RX	(a)	60,00	-
TOTVS Brasil Sales Ltda.	BRA	TOTVS Sales		100,00	100,00
TOTVS Argentina S.A.	ARG	TOTVS Argentina		100,00	100,00
Datasul Argentina S.A.	ARG	Datasul Argentina		100,00	100,00
TOTVS México S.A.	MEX	TOTVS México		100,00	100,00
Datasul S.A. de CV.	MEX	Datasul México		100,00	100,00
TOTVS Corporation	BVI	TOTVS Corporation		100,00	100,00
Eurototvs Lda.	POR	Eurototvs		100,00	100,00
TOTVS Incorporation	USA	TOTVS Inc.		100,00	100,00

### Participação indireta:

Razão Social	Sede	Denominação Utilizada	Investidora	Obs.	% de Participação	
					2013	2012
DTS Consulting Partner, SA de CV	MEX	Partner	TOTVS México		100,00	100,00
W&D Participações S.A.	BRA	W&D	TOTVS Brasília	(a)	100,00	-
PC Informática S.A.	BRA	PC Informática	W&D	(a)	100,00	-
uMov.me S.A.	BRA	uMov.me	TOTVS Ventures	(c)	20,00	-
RMS Software S.A.	BRA	RMS	TOTVS Nordeste	(a)	100,00	-
Webstrategie Software Ltda.	BRA	Webstrategie	RMS	(a)	100,00	-
Seventeen Tecnologia da Informação em Informática Ltda.	BRA	Seventeen	TOTVS Sales	(a)	100,00	-

(a) Combinação de negócios em 2013.

(b) Constituída em 2013.

(c) Investimentos em coligadas em 2013.

Em janeiro de 2013, a Companhia constituiu uma controlada, a TOTVS Ventures Participações Ltda., que é uma empresa holding para investimentos em *startups* com o objetivo de alavancar a geração de receitas e crescimento das empresas investidas.

## 2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e

## Notas Explicativas

consolidadas. As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os resultados e a posição financeira dessas controladas, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

### 2.4. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implementação, na consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionadas à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os softwares da Companhia são desenvolvidos para atender a diversos segmentos da economia, sendo os investimentos e resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa Incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. A composição está apresentada na Nota 5.

## Notas Explicativas

### 2.6. Instrumentos financeiros

#### 2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

##### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Nesta categoria também se enquadram os investimentos em coligada ou em controlada, cuja parcela da participação seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco, independentemente de a organização de capital de risco exercer influência significativa sobre essa parcela da participação conforme CPC 18 (R2).

##### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

#### 2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros

## Notas Explicativas

mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

### 2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.6.4 Impairment de ativos financeiros

#### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou



## Notas Explicativas

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### 2.7. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*) conforme demonstrado na nota 7.

### 2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no

## Notas Explicativas

valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa a que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

### 2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa.

Considerações sobre a adoção do método de custo: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior

## Notas Explicativas

capacidade a preços menores são disponibilizados, o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; e, (v) as taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

### 2.10. Intangível

#### (a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado à Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

#### (b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

#### (c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

## Notas Explicativas

### (d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os softwares, adquiridos em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os softwares gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados (TQTV – desenvolvimento de produtos (vide nota 13.1.b)), não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

#### a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## Notas Explicativas

### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 13).

### 2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### 2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O

## Notas Explicativas

componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é *remensurado* após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 2.14. Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

### 2.15. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada – contribuição definida administrada por seguradora (Nota 24) e remuneração com base em ações (Nota 22). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

### 2.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações

## Notas Explicativas

atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 2.17. Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### 2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 2.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As taxas de descontos utilizadas durante o exercício de 2013 ficaram entre 5,5% e 11,2%, (6,6% e 11,2% em 2012). As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: Clientes,

## Notas Explicativas

Fornecedores, Comissões e Obrigações por Aquisição de Investimentos (todos com vencimentos a longo prazo).

### 2.20. Capital social

O capital social da Companhia é composto unicamente por ações ordinárias. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

### 2.21. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

### 2.22. Receitas e despesas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (*help desk*).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando todos os itens abaixo são cumulativamente atingidos:

- i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente;
- ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador;
- iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e,
- v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.



## Notas Explicativas

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e *help desk* (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços de manutenção é composto principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

### 2.23. Tributação

#### ***Impostos sobre vendas***

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; e
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2,5% e 2%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### ***Impostos diferidos***

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna

## Notas Explicativas

provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

### ***Contribuição para o INSS – desoneração da folha de pagamentos***

A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamento das empresas do setor de Tecnologia da Informação, entre outros segmentos, modificando a base de cálculo do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), passando esse a incidir sobre a receita bruta das prestações de serviços pela alíquota de 2,5% a partir de abril de 2012 e 2,0% a partir de agosto de 2012, o qual incidia anteriormente sobre a folha de pagamento da Companhia pela alíquota de 20%. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, consequentemente, para fins de divulgação das informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo, conforme descrito na nota explicativa 27. O ajuste efetuado considera os valores apurados desde a data de vigência da referida lei, ou seja, 1º de abril de 2012.

## **2.24. Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## **2.25. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

### ***Julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### ***Estimativas e premissas***

As principais premissas relativas a incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

## Notas Explicativas

### ***(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros***

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4.

### ***(ii) Transações com pagamentos baseados em ações***

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações, baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga a executivos. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22.

### ***(iii) Impostos***

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

## Notas Explicativas

### ***(iv) Valor justo de instrumentos financeiros***

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (vide nota 4).

### ***(v) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.***

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável; conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

## **2.26. Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança

## Notas Explicativas

no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

### 3. Combinações de negócios e aquisições de investimentos

As combinações de negócios e novas aquisições de investimentos em 2013 estão alinhadas com a estratégia da Companhia de especialização e consolidação do seu posicionamento em diferentes segmentos, além de trazer novas soluções para os clientes TOTVS através da diversificação de portfólio com soluções específicas de nicho.

#### 3.1. Aquisição de controladas

##### Aquisição da W&D Participações S.A.

Em 24 de janeiro de 2013, a Companhia por meio de sua subsidiária TOTVS Brasília, adquiriu a totalidade do capital social da W&D Participações S.A., detentora das empresas PC SISTEMAS S.A. (incorporada pela PC Informática em 29 de janeiro de 2013) e PC INFORMÁTICA S.A. (em conjunto "W&D"), focadas no desenvolvimento de softwares para os segmentos de Distribuição, Atacado e Varejo no Brasil.

A transação envolveu o montante de R\$95.000, os quais foram pagos R\$55.000 na data da assinatura do contrato e o restante será pago conforme as seguintes condições:

- R\$25.000 depositados/aplicados em conta de garantia para sanar eventuais passivos anteriores a data da compra, dos quais não havendo ocorrências o vendedor poderá sacar 80% no final de 2016 e o restante em 2017; e
- R\$15.000 que poderão ser variáveis de acordo o cumprimento de resultados mínimos esperados estabelecidos em contrato até 31 de dezembro de 2013.

##### Aquisição de controle da PRX Soluções Agroindustrial Ltda.

Em 18 de abril de 2013 a Companhia adquiriu participação majoritária de 60% do capital social da PRX Soluções em Gestão Agroindustrial LTDA. e da P2RX Soluções em Softwares S/S LTDA. (em conjunto "PRX") pelo valor de R\$11.000. Também está prevista a compra futura da participação remanescente por um valor variável, o qual será fixado de acordo com métricas definidas em contrato, baseadas na performance da PRX até o último dia de fevereiro de 2015. Por se tratar de uma aquisição em etapas, a Companhia registrou o montante estimado, que será pago pela aquisição da participação remanescente na data de aquisição no valor de R\$7.994.

## Notas Explicativas

### Aquisição da RMS Software S.A. e da Webstrategie Software Ltda.

Em 15 de julho de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária TOTVS Nordeste, 100% do capital social da RMS Software S.A. e da Webstrategie Software Ltda. (em conjunto "RMS") por R\$37.400, empresa que atua no desenvolvimento de soluções de software de gestão e na prestação de serviços de Tecnologia da Informação para o segmento de varejo e supermercados no Brasil. Também está previsto o pagamento de um valor variável, no montante total de até R\$5.000, o qual deverá ser desembolsado de acordo com o cumprimento de determinadas metas estabelecidas para RMS durante os 12 meses subsequentes ao fechamento da operação.

A conclusão da operação com o cumprimento de condições precedentes e demais disposições do contrato ocorreu em 28 de agosto de 2013, efetivando a operação.

### Aquisição da Seventeen Tecnologia da Informação em Informática Ltda.

Em 25 de novembro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária TOTVS Sales, 100% do capital social da Seventeen Tecnologia da Informação em Informática Ltda. ("Seventeen") por R\$12.450, empresa que atua sob contrato de franquia TOTVS no desenvolvimento de soluções de para clientes de todos os portes no segmento de saúde, especialmente grandes operadoras de planos de saúde no Brasil. Também está previsto o pagamento de um valor variável, no montante total de até R\$5.700, o qual deverá ser desembolsado de acordo com o cumprimento de determinadas metas estabelecidas em contrato até 2017 reconhecido no balanço na rubrica de obrigações por aquisições com investimentos (Nota 17).

### Aquisição da CIASHOP – Soluções para Comércio Eletrônico S.A.

Em 02 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária TOTVS Sales, 68,5% do capital social da Ciashop – Soluções para Comércio Eletrônico S.A. ("CIASHOP") por R\$16.400, empresa pioneira em comércio eletrônico no país, oferecendo plataforma na nuvem no modelo "Software as a Service" (SaaS). Além da aquisição das ações correspondentes a 68,5% do capital social, a TOTVS investirá até R\$3.000 na aquisição de novas ações a serem emitidas pela CIASHOP, o que levará sua participação para até 72% do capital social. Também está previsto o pagamento de um valor variável, no montante total de até R\$2.000, o qual deverá ser desembolsado de acordo com o cumprimento de determinadas metas estabelecidas para a CIASHOP durante os 30 meses subsequentes ao fechamento da operação.

Devido a certas condições suspensivas ajustadas no contrato, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 31 de dezembro de 2013 a operação não havia sido concluída.

## **3.2. Ativos identificáveis adquiridos e *Goodwill***

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos nas combinações de negócios citadas acima foram mensurados e reconhecidos na data de aquisição. Os métodos e hipóteses utilizadas para avaliação do valor justo foram baseados no fluxo de caixa descontado a valor presente e custo de

## Notas Explicativas

reposição. Para a estimativa do valor pela metodologia de fluxo de caixa descontado foram utilizadas as taxas de 15,47% a.a. para W&D e 15,7% a 18% para PRX/P2RX (em termos reais). A parcela de ativos não identificáveis destas combinações de negócios foram alocadas como ágio e estão fundamentados em estudos técnicos de rentabilidade futura.

O valor pago pela aquisição da RMS e Seventeen estão sendo alocados entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo na data de aquisição e ainda não foram concluídos até a divulgação destas demonstrações financeiras.

A seguir apresentamos o valor justo, o ágio e o custo da participação na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos que impactaram as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2013:

Valor justo	W&D	PRX/P2RX	RMS	Seventeen	Total
<b>Ativo Circulante</b>	<b>13.754</b>	<b>6.409</b>	<b>1.254</b>	<b>2.603</b>	<b>24.020</b>
Caixa e equivalente de caixa	392	2.189	448	454	3.483
Contas a receber	9.244	3.201	288	1.013	13.746
Outros ativos circulantes	4.118	1.019	518	1.136	6.791
<b>Ativo não circulante</b>	<b>3.516</b>	<b>993</b>	<b>548</b>	<b>433</b>	<b>5.490</b>
<b>Ativos identificáveis</b>	<b>26.698</b>	<b>3.422</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.120</b>
Carteira de clientes	5.561	3.270	-	-	8.831
Marca	3.599	-	-	-	3.599
Software	7.538	-	-	-	7.538
Não concorrência	10.000	152	-	-	10.152
<b>Passivo Circulante</b>	<b>11.505</b>	<b>3.329</b>	<b>18.402</b>	<b>2.868</b>	<b>36.104</b>
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>11.141</b>	<b>1.163</b>	<b>74</b>	<b>100</b>	<b>12.478</b>
Tributos diferidos	9.108	1.163	-	-	10.271
Outros	2.033	-	74	100	2.207
<b>Participação minoritária</b>	<b>-</b>	<b>1.629</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.629</b>
<b>Ativos e passivo líquidos</b>	<b>21.322</b>	<b>4.703</b>	<b>(16.674)</b>	<b>68</b>	<b>9.419</b>
Custo de aquisição	95.000	11.000	42.400	18.150	166.550
Contraprestação contingente	-	7.994	-	-	7.994
Ágio na Operação	<b>73.678</b>	<b>14.291</b>	<b>59.074</b>	<b>18.082</b>	<b>165.125</b>

As aquisições realizadas em 2013 e inseridas no modelo de gestão e canais TOTVS, contribuíram com uma receita líquida de R\$88.923 e lucro líquido de R\$10.176 no resultado consolidado do ano da Companhia.

Em 2012 a TOTVS não adquiriu novas participações em controladas.

### 3.3. Outras aquisições de investimentos

Em 2 de abril de 2013 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária TOTVS Ventures, participação minoritária de 20% do capital social da uMov.me Tecnologia S.A. (atual denominação social da uMov.me S.A.), empresa fornecedora de plataforma tecnológica de mobilidade



## Notas Explicativas

corporativa na nuvem na modalidade de software como serviço, pelo valor de R\$3.200 e ainda prevê investimentos futuros até 2017, com base em seu desempenho dessa investida.

A participação na coligada uMov.me será mensurada pelo método de equivalência patrimonial e o valor pago está sendo alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos pelo seu valor justo, sendo a diferença alocada como ágio no valor de R\$3.061.

### 3.4. Empresas Incorporadas no exercício

Em 2013 não houve incorporações de empresas.

Durante o exercício de 2012, a Companhia incorporou os acervos líquidos, a valor contábil, das controladas demonstradas no quadro abaixo:

	Data da incorporação	Ativo Circulante	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Acervo líquido incorporado pela Companhia
IOSSTS		7.524	7.606	447	-	7.159
Mafipa	Março de	-	-	-	-	-
Setware	2012	1.629	1.665	98	26	1.541
M2S		-	-	-	-	-
BCS Comércio		3.090	4.413	43	-	4.370
Gens (FDES)		-	-	-	-	-
Midbyte	Maio de	3.002	3.025	32	-	2.993
TOTVS Serviços	2012	5.982	16.318	259	-	16.059
TotalBanco Participações		-	7.861	-	-	7.861
YMF		39.580	46.738	5.043	570	41.125
Tools		11.705	11.817	744	30	11.043
Hery	Novembro	5.594	5.782	1.307	-	4.475
Gens	de 2012	1.450	1.782	85	38	1.659
TotalBanco		12.723	13.119	2.467	-	10.652

Conforme protocolo de incorporação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012, 17 de maio de 2012 e 29 de novembro de 2012, os acervos líquidos das controladas foram avaliados por peritos que emitiram os respectivos laudos de avaliação do patrimônio líquido das sociedades com data base de 29 de fevereiro de 2012, 22 de abril de 2012 e 29 de novembro de 2012. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS e TOTVS Nordeste. As controladas Setware e M2s eram controladas indiretas e foram incorporadas pela TOTVS Nordeste.

## 4. Instrumentos Financeiros e Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos

## Notas Explicativas

de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Justo por meio do resultado		Empréstimos e Recebíveis		Mantidos até o vencimento		Passivos Financeiros mensurados ao custo	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Instrumentos Financeiros</b>								
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	533.063	412.408	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	74.599	23.291	-	-
Contas a Receber, liquidas	-	-	389.346	329.178	-	-	-	-
Investimentos a valor justo	36.332	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	41.902	24.761	-	-
<b>Total</b>	<b>36.332</b>	<b>-</b>	<b>922.409</b>	<b>741.586</b>	<b>116.501</b>	<b>48.052</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos Financeiros</b>								
Empréstimos e								
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	306.443	105.467
Debêntures e prêmio de não conversão	-	-	-	-	-	-	104.205	130.369
Valor justo das debêntures conversíveis	-	-	-	-	-	-	-	12.308
Contas a pagar e fornecedores	-	-	-	-	-	-	200.280	100.527
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-	13.835	4.163
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>624.763</b>	<b>352.834</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de investimentos financeiros sem negociação no mercado ativo é estimado através de uma técnica de avaliação.
- Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.
- A parcela das debêntures conversíveis tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 16.

## Notas Explicativas

### ***b) Ativos financeiros ao valor justo***

Os investimentos em *startups* feitos pela Companhia, através da TOTVS Ventures, tem estratégia de médio prazo, com saída planejada para o momento em que os retornos financeiros esperados sejam atingidos e, dessa forma, são reconhecidos como instrumento financeiro. O valor destes investimentos em 31 de dezembro de 2013 era de R\$36.332 e contemplava as seguintes startups:

#### **GoodData**

Em 12 de junho de 2013 a Companhia adquiriu por meio da TOTVS Inc. de participação minoritária no capital social da GoodData, empresa fornecedora de soluções de “business intelligence” em nuvem, ofertadas na modalidade de software como serviço que permitem a aplicabilidade da tecnologia Big Data (combinação de dados estruturados e não estruturados). A TOTVS Ventures liderou esse investimento com um aporte de US\$16.000 (dezesseis milhões de dólares norte-americanos), com direito a um assento no Conselho de Administração da GoodData.

#### **ZeroPaper**

Em 01 de julho de 2013 a Companhia adquiriu participação minoritária na ZeroPaper, passando a compor o quadro de investidores dessa startup, ao lado da Aceleradora 21212 e do investidor-anjo Maratea Participações. A ZeroPaper oferece um software de gestão financeira simples, feito sob medida para profissionais liberais, autônomos e empreendedores individuais.

### ***c) Mensuração do valor justo***

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- a) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- b) Nível 2: informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e
- c) Nível 3: informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

## Notas Explicativas

	2013			2012		
Ativos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações Financeiras	-	486.471	-	-	381.055	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	36.332	-	-	-
	2013			2012		
Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e Financiamentos	-	306.443	-	-	105.467	-
Debêntures	-	-	104.205	-	-	130.369
Valor justo das conversões futuras	-	-	-	-	12.308	-

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

**d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Durante o exercício de 2013, conforme nota explicativa nº 16, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (4ª tranche - 15%) em ações da Companhia, completando os 60% das debentures passíveis de conversão. A Companhia também provisionou os 40% restantes do prêmio de não conversão das debêntures em ações.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para as debêntures emitidas e CDI para aplicações financeiras.

Conforme descrito na Nota 16, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem características próprias, que impossibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos.

Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT e PSI, para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de

## Notas Explicativas

depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Os investimentos avaliados pelo valor justo por meio de resultado são representados por startups de capital fechado e por não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos são mensurados através de uma técnica ou múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado considerando a razoabilidade da faixa de valores por eles indicada. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor represente o valor justo nas circunstâncias. Adicionalmente, o investimento de maior relevância, a GoodData são em ações preferenciais – Série D que possuem direito de preferência em caso liquidação, de modo a assegurar o valor mínimo investido pela Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,50% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 2013	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	R\$ 486.471	CDI	10,50 %	7,88 %	5,25%
<b>Receita financeira</b>			<b>R\$ 51.079</b>	<b>R\$ 38.334</b>	<b>R\$ 25.540</b>

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2013, foi definido o cenário provável para o ano de 2014 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 2013	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	R\$ 305.095	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
<b>Despesa financeira estimada</b>			<b>R\$ 15.255</b>	<b>R\$ 19.068</b>	<b>R\$ 22.882</b>
Debêntures	R\$ 104.205	IPCA	6,03%	7,54%	9,05%
		TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
<b>Despesa financeira estimada</b>			<b>R\$ 11.971</b>	<b>R\$ 12.344</b>	<b>R\$ 12.714</b>

## Notas Explicativas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

### e) Gestão de Risco Financeiro

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

#### a. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>				
Fornecedores	27.539	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	55.127	10.417	239.583	-
Debêntures	-	31.517	72.688	-
Obrigações por aquisição de investimentos	8.530	5.823	20.690	-
Outros passivos	1.585	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Fornecedores	26.277	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	54.643	-	-
Debêntures	42.930	-	99.747	-
Obrigações por aquisição de investimentos	11.399	5.044	8.421	-
Outros passivos	1.312	-	-	-

**Notas Explicativas**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos(i)</b>	<b>Entre dois e cinco anos (i)</b>	<b>Acima de cinco anos (i)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>				
Fornecedores	33.149	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	56.443	10.417	239.583	-
Debêntures	-	31.517	72.688	-
Obrigações por aquisição de investimentos	63.717	25.823	27.112	-
Outros passivos	9.500	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Fornecedores	30.281	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	54.643	-	-
Debêntures	-	-	99.747	-
Obrigações por aquisição de investimentos	11.399	5.044	8.421	-
Outros passivos	4.163	-	-	-

- i. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

**b. Risco de Crédito**

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado, avaliadas com rating de risco de no mínimo BBB.

**c. Risco de Mercado**

i) **Risco de Taxas de Juros e Inflação:** O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) **Risco de Taxas de Câmbio:** Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

## Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

### **d. Investimentos avaliados a valor justo por meio de resultado**

Os investimentos a valor justo por meio de resultado são compostos por empresas startup a qual o sucesso depende do desenvolvimento dos seus produtos, aceitação de mercado, eficiência de operação, habilidade de captar novos recursos que pode ser bastante volátil e outros fatores de risco do negócio. As empresas startup podem não captar os recursos financeiros necessários, ou apresentar avaliações menores comparativamente aos investimentos anteriores. Estes eventos podem causar perda de valores nestes investimentos. Adicionalmente, a volatilidade do mercado pode afetar negativamente a habilidade de realização do investimento através de eventos de liquidação como Oferta Pública de Ações, fusões e vendas privadas.

### **e. Operações com derivativos**

Com exceção da operação de derivativos embutidos descrito na nota 16, a Companhia não possui operações com derivativos.

### **f) Gestão de capital**

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A TOTVS controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	2012	<b>2013</b>	2012
Empréstimos, financiamentos, debêntures	<b>409.332</b>	247.596	<b>410.648</b>	248.144
Obrigações por aquisição de investimentos	<b>27.939</b>	24.864	<b>109.547</b>	24.864
(-) Caixa e equivalente de caixa	<b>(506.886)</b>	(398.753)	<b>(533.063)</b>	(412.408)
(-) Títulos e Valores mobiliários	<b>(22.725)</b>	(23.291)	<b>(74.599)</b>	(23.291)
Dívida Líquida	<b>(92.340)</b>	(149.584)	<b>(87.467)</b>	(162.691)
Patrimônio líquido	<b>1.067.621</b>	913.146	<b>1.069.838</b>	913.146
Patrimônio líquido e dívida líquida	<b>975.281</b>	763.562	<b>982.371</b>	750.455



## Notas Explicativas

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Disponibilidades	<b>33.109</b>	25.732	<b>46.592</b>	31.353
Equivalentes de caixa	<b>473.777</b>	373.021	<b>486.471</b>	381.055
Operações compromissadas	<b>386.960</b>	278.839	<b>396.005</b>	286.474
CDB	<b>86.817</b>	93.672	<b>90.466</b>	94.071
Fundos DI	-	510	-	510
	<b>506.886</b>	398.753	<b>533.063</b>	412.408

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal de 0,65% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

### 6. Títulos e valores mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários referem-se a contas garantidas para pagamento de aquisições de intangíveis e combinação de negócios (Nota 17), compostas de operações de CDB com compromisso de recompra pelo banco, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tech Prod	-	450	-	450
Tools	-	1.711	-	1.711
Datasul MG	<b>2.226</b>	2.012	<b>2.226</b>	2.012
Datasul Saúde MG	<b>641</b>	641	<b>641</b>	641
TotalBanco	<b>748</b>	1.383	<b>748</b>	1.383
Hery	<b>1.563</b>	2.549	<b>1.563</b>	2.549
ERP Cedente	<b>138</b>	261	<b>138</b>	261
SRC	<b>161</b>	4.325	<b>161</b>	4.325
Mafipa	<b>957</b>	1.302	<b>957</b>	1.302
Gens FDES	<b>8.348</b>	8.361	<b>8.348</b>	8.361
TOTVS Ventures	-	-	<b>848</b>	-
W&D	-	-	<b>26.422</b>	-
RMS	-	-	<b>24.604</b>	-
PRX	<b>3.909</b>	-	<b>3.909</b>	-
Seventeen	<b>4.034</b>	-	<b>4.034</b>	-
Outras	-	296	-	296
	<b>22.725</b>	23.291	<b>74.599</b>	23.291
Ativo circulante	<b>7.428</b>	10.168	<b>13.277</b>	10.168
Ativo não circulante	<b>15.297</b>	13.123	<b>61.322</b>	13.123

## Notas Explicativas

### 7. Contas a receber de clientes

A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Mercado interno	<b>379.788</b>	344.714	<b>416.927</b>	364.100
Mercado externo	-	-	<b>12.184</b>	9.092
Contas a receber bruto	<b>379.788</b>	344.714	<b>429.111</b>	373.192
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(34.639)</b>	(39.166)	<b>(39.765)</b>	(44.014)
<b>Contas a receber líquido</b>	<b>345.149</b>	305.548	<b>389.346</b>	329.178
Ativo circulante	<b>322.516</b>	267.478	<b>365.220</b>	289.595
Ativo não circulante	<b>22.633</b>	38.070	<b>24.126</b>	39.583

O contas a receber de clientes “mercado externo” se referem, substancialmente por vendas de suas controladas no exterior na Argentina: R\$5.374; México: R\$6.191; Portugal: R\$79; e USA: R\$540 (Em 2012 Argentina: R\$3.986; México: R\$4.508; Portugal: R\$532 e USA: R\$66), convertidos a taxa de final de exercício.

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	<b>309.051</b>	268.514	<b>345.195</b>	<b>287.946</b>
<b>Títulos Vencidos</b>				
de 1 a 30 dias	<b>20.376</b>	17.631	<b>23.057</b>	<b>19.208</b>
de 31 a 60 dias	<b>6.505</b>	7.810	<b>7.595</b>	<b>8.243</b>
de 61 a 90 dias	<b>4.404</b>	4.822	<b>5.130</b>	<b>5.760</b>
de 91 a 180 dias	<b>4.813</b>	5.428	<b>5.857</b>	<b>6.189</b>
de 181 a 360 dias	-	1.343	<b>1.153</b>	<b>1.786</b>
mais de 360 dias	-	-	<b>1.359</b>	<b>46</b>
	<b>345.149</b>	305.548	<b>389.346</b>	<b>329.178</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do ano	<b>39.166</b>	21.306	<b>44.014</b>	31.812
Complemento de provisão no exercício	<b>20.275</b>	20.787	<b>23.652</b>	23.234
Valores baixados da provisão:	<b>(24.802)</b>	(2.927)	<b>(27.901)</b>	(11.032)
Saldo em 31 de dezembro	<b>34.639</b>	39.166	<b>39.765</b>	44.014

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

## Notas Explicativas

### 8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda retido na fonte	<b>1.740</b>	11.357	<b>3.666</b>	12.730
Contribuição social retida na fonte	<b>631</b>	3.201	<b>1.799</b>	4.249
PIS e COFINS retidos na fonte	-	22	<b>303</b>	91
Outros	<b>(895)</b>	(587)	<b>1.866</b>	2.436
	<b>1.476</b>	13.993	<b>7.634</b>	19.506

### 9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

#### 9.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes da tributação	<b>316.680</b>	274.112	<b>316.367</b>	288.197
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	<b>(107.671)</b>	(93.198)	<b>(107.565)</b>	(97.987)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	<b>(6.968)</b>	3.176	<b>(169)</b>	-
Lei 11.196/05 - Incentivo à P & D (a)	<b>13.766</b>	18.902	<b>13.963</b>	19.400
Efeito do lucro presumido em controlada	-	-	<b>(5.633)</b>	(4.328)
Juros sobre o capital próprio	<b>13.547</b>	13.668	<b>13.547</b>	13.668
Participação de administradores	<b>(154)</b>	(2.304)	<b>(180)</b>	(2.304)
Contas a receber consideradas incobráveis	<b>(327)</b>	(40)	<b>(781)</b>	(56)
PAT	<b>1.496</b>	1.410	<b>1.593</b>	1.573
Plano de outorga de opções	<b>(2.685)</b>	(3.062)	<b>(2.685)</b>	(3.062)
Ajuste a valor de mercado - Debêntures	<b>(4.322)</b>	(6.282)	<b>(4.322)</b>	(6.282)
Outros	<b>(850)</b>	766	<b>(1.035)</b>	(1.671)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(94.168)</b>	(66.964)	<b>(93.267)</b>	(81.049)
Taxa efetiva	<b>29,7%</b>	24,4%	<b>29,5%</b>	28,1%

- (a) A atual legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, regulado pela Lei no. 11.196 de 21 de novembro de 2005, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica. O tratamento adotado pela sociedade

## Notas Explicativas

no reconhecimento deste benefício fiscal leva em consideração a regulamentação desta lei ocorrida em agosto de 2011. Determinadas despesas utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social prevista na regulamentação podem ensejar interpretações por parte do contribuinte que podem ser diferentes da entidade arrecadadora. A Administração entende que não existem riscos mais do que possíveis de questionamentos do tratamento fiscal adotado na dedutibilidade das despesas seguindo o benefício fiscal acima mencionado.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(83.230)</b>	(78.489)	<b>(90.277)</b>	(89.958)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(10.938)</b>	11.525	<b>(2.990)</b>	8.909
	<b><u>(94.168)</u></b>	<u>(66.964)</u>	<b><u>(93.267)</u></b>	<u>(81.049)</u>

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

## Notas Explicativas

### 9.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>ATIVO</b>				
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Ágio em combinação de negócios	99.040	85.033	102.509	86.263
Provisão para comissões	19.794	16.036	20.207	16.237
Receitas ou faturamento antecipados	2.383	4.423	5.476	5.238
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.777	13.316	13.061	14.025
Provisão para contingências e outras obrigações	2.442	2.166	2.442	2.166
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	14.849	16.710
Provisão para prêmio por não conversão de debêntures	8.393	10.897	8.393	10.897
Ajustes a valor presente	2.247	2.387	2.247	2.387
Outras	7.754	7.767	8.754	8.824
Total dos impostos e contribuições sociais diferidos ativos	<u>153.830</u>	<u>142.025</u>	<u>177.938</u>	<u>162.747</u>
<b>PASSIVO</b>				
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Alocação Intangível	127.492	103.442	128.265	103.778
Outras	875	765	966	968
Total dos impostos e contribuições diferidos passivos	<u>128.367</u>	<u>104.207</u>	<u>129.231</u>	<u>104.746</u>
Imposto de renda e contr. social diferidos líquidos	<u>25.463</u>	<u>37.818</u>	<u>48.707</u>	<u>58.001</u>

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante.

### 9.3. Estimativa de recuperação de créditos

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros aprovados pelo Conselho de Administração para 31 de dezembro de 2013, estima recuperar os créditos tributários registrados no ativo não circulante e realizar o passivo não circulante nos seguintes períodos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo de imposto diferido				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	37.744	33.999	39.279	35.379
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	116.086	108.026	138.659	127.368
	<u>153.830</u>	<u>142.025</u>	<u>177.938</u>	<u>162.747</u>
Passivo de imposto diferido				
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	33.162	33.052	33.253	33.255
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	95.205	71.155	95.978	71.491
	<u>128.367</u>	<u>104.207</u>	<u>129.231</u>	<u>104.746</u>
<b>Ativo de imposto diferido (líquido)</b>	<u>25.463</u>	<u>37.818</u>	<u>48.707</u>	<u>58.001</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nenhum fato relevante ocorreu que indicasse limitação para a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos.

## Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Em 1º de Janeiro	37.818	58.001
Despesa da demonstração de resultado	(10.938)	(2.990)
Imposto relacionado com outros resultados abrangentes	(254)	(254)
Combinação de Negócios	(1.163)	(5.914)
Outros	-	(136)
Em 31 de dezembro de 2013	25.463	48.707

### 10. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes, e são eliminadas para fins de consolidação.

#### 10.1. Créditos com controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos das transações com partes relacionadas classificadas como créditos com empresas ligadas no ativo não circulante podem ser assim demonstrados:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
TOTVS Nordeste Software	-	2.275
TOTVS Rio Software	3.139	-
Outros	-	(24)
	<b>3.139</b>	<b>2.251</b>

Os valores referem-se à contas a pagar e receber entre empresas controladas, sem remuneração e ou data prevista de vencimentos. Não ocorreram operações de compra e venda ou prestação de serviços entre empresas controladas ou entre controladas e a controladora. Os créditos são relacionados a operações de mútuo.

#### 10.2. Transações ou relacionamentos com acionistas e pessoal-chave da administração

##### a) Acionistas

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis, incluindo as instalações onde está estabelecida sua sede, as quais são de propriedade de um dos acionistas (LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.). O valor do aluguel pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$6.911 (R\$7.079 em 31 de dezembro de 2012), em linha com os valores de mercado. Os contratos têm vigência de 60 meses e são reajustados pelo IGP-M, a cada 12 meses.

## Notas Explicativas

Alguns diretores da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 17,6% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2013 (17,8% em 31 de dezembro de 2012), sendo a participação indireta realizada através da LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.

Em outubro de 2013, a Companhia firmou contrato com a VIP VII - Empreendimentos e Participações Ltda., para a construção e locação da nova sede social, cujo objetivo é integrar as instalações da empresa na cidade de São Paulo, durante um período mínimo de 10 anos a partir da data de entrega prevista para 2017. O contrato foi negociado em condições usuais de mercado.

A Companhia mantém também operações de empréstimos e financiamentos (Nota 15) e de debêntures (Nota 16), transações efetuadas substancialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que em 31 de dezembro detinha 4,55% do capital da Companhia (Nota 19).

### b) Pessoal-Chave da administração

O Itaú Unibanco figura como parte relacionada da Companhia através de um dos membros independente do Conselho de Administração. Os saldos e transações envolvendo as empresas do Grupo Itaú Unibanco em 31 de dezembro de 2013 correspondem a R\$48.599 (R\$111.186 em 31 de dezembro de 2012) de aplicações financeiras e R\$7.281 (R\$8.427 em 31 de dezembro de 2012) referentes a contratos de fiança, escriturações de ações e seguros, entre outros, além de cessão de direitos de uso de sistemas e suporte técnico prestado pela TOTVS, sendo todos os contratos realizados em condições usuais de mercado.

A Companhia possui ainda contrato não oneroso referente à gestão do plano de previdência privada com o Itaú Vida e Previdência S.A.

## 10.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Benefícios de curto prazo a empregados				
Salários, honorários e bônus variáveis e encargos sociais	<b>14.658</b>	18.026	<b>19.863</b>	18.787
Previdência privada (Nota 24)	<b>443</b>	440	<b>443</b>	440
Bônus variáveis	<b>453</b>	6.777	<b>530</b>	6.815
	<b>15.554</b>	25.243	<b>20.836</b>	26.042
Pagamentos com base em ações (Nota 22)	<b>7.898</b>	9.004	<b>7.898</b>	9.004
	<b>23.452</b>	34.247	<b>28.734</b>	35.046

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

## Notas Explicativas

### 11. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

	Informações Contábeis resumidas das coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2013					Equivalência Patrimonial (controladora) dos exercícios findos em:		Saldo de Investimentos em:	
	Ativo	Passivo	Patrimônio	Receita	Resultado	2013	2012	2013	2012
TOTVS Rio	21.065	5.333	15.732	23.482	(7.639)	(7.639)	5.808	15.732	23.371
TOTVS Argentina	10.452	3.352	7.100	15.760	(1.930)	(1.930)	(4.038)	7.100	4.816
TOTVS México	9.011	8.024	987	12.588	(4.452)	(4.452)	(4.910)	987	-
TOTVS Corporation	-	-	-	-	-	-	4	-	-
TOTVS Nordeste	99.230	32.187	67.043	11.378	793	793	(746)	67.043	8.183
TOTVS Brasília	134.947	42.818	92.129	10.525	62	62	(2.231)	92.129	4.931
IOSSTS (a)	-	-	-	-	-	-	4.159	-	-
EuroTOTVS	349	1	348	-	(47)	(47)	(1.276)	348	259
Midbyte (a)	-	-	-	-	-	-	1.066	-	-
TQTVD	23.896	2.958	20.938	18.176	330	330	(3.168)	20.938	18.908
BCS Comércio (a)	-	-	-	-	-	-	996	-	-
TOTVS Serviços (a)	-	-	-	-	-	-	(1.245)	-	-
Gens (a)	-	-	-	-	-	-	779	-	-
YMF (a)	-	-	-	-	-	-	7.215	-	-
Tools (a)	-	-	-	-	-	-	4.301	-	-
Datasul México	-	-	-	-	(79)	(79)	34	-	1.094
Datasul USA	41.963	(10)	41.974	186	(7.314)	(7.314)	(2.557)	41.973	3.199
Datasul Argentina	510	1	508	67	(486)	(486)	48	508	1.218
Hery (a)	-	-	-	-	-	-	1.620	-	-
TotalBanco (a)	-	-	-	-	-	-	3.484	-	-
PRX (c)	6.769	1.644	5.125	16.376	1.682	1.010	-	3.075	-
P2RX (c)	767	350	418	3.235	(213)	(127)	-	251	-
TOTVS Sales	18.066	9.734	8.332	-	(118)	(118)	-	8.332	-
TOTVS Ventures (b)	8.353	849	7.504	-	(497)	(497)	-	7.504	-
						(20.494)	9.343	265.920	65.979

(a) Empresas incorporadas durante o exercício de 2012, vide nota 3.4.

(b) Empresa constituída no exercício de 2013.

(c) Combinação de negócios em 2013, vide nota 3.1.

Para os seguintes investimentos foram constituídas provisões para perdas registradas no passivo não circulante:

	Controladora	
	2013	2012
TOTVS México	-	1.365
	-	1.365

Referente às operações na Europa a Administração decidiu por encerrar suas operações em 2012 e passou a administrar seus negócios naquela região por meio de sua estrutura no Brasil.



**Notas Explicativas**

	<b>2012</b>	<b>Adição</b>	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>Variação Cambial</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>2013</b>
TOTVS Rio	23.371	-	(7.639)	-	-	<b>15.732</b>
TOTVS Nordeste	8.183	58.067	793	-	-	<b>67.043</b>
TOTVS Brasília	4.931	87.136	62	-	-	<b>92.129</b>
TQTVD	18.908	1.700	330	-	-	<b>20.938</b>
TOTVS Argentina	4.816	4.970	(1.930)	(756)	-	<b>7.100</b>
TOTVS México	-	-	-	-	987	<b>987</b>
TOTVS Inc.	3.199	43.252	(7.314)	2.836	-	<b>41.973</b>
EuroTOTVS	259	82	(47)	54	-	<b>348</b>
Datasul Argentina	1.218	-	(486)	(224)	-	<b>508</b>
Datasul México	1.094	-	(79)	(1.015)	-	<b>-</b>
TOTVS Ventures	-	8.001	(497)	-	-	<b>7.504</b>
TOTVS Sales	-	8.450	(118)	-	-	<b>8.332</b>
PRX	-	2.065	1.010	-	-	<b>3.075</b>
P2RX	-	378	(127)	-	-	<b>251</b>
Soma Investimentos	<b>65.979</b>	<b>214.101</b>	<b>(16.042)</b>	<b>895</b>	<b>987</b>	<b>265.920</b>
TOTVS México	(1.365)	6.951	(4.452)	(147)	(987)	<b>-</b>
Soma provisão para perdas	(1.365)	6.951	(4.452)	(147)	(987)	<b>-</b>
Total Investimentos	<b>64.614</b>	<b>221.052</b>	<b>(20.494)</b>	<b>748</b>	<b>-</b>	<b>265.920</b>

**Notas Explicativas****12. Imobilizado**

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora					Total do ativo Imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	
<b>Custo ou avaliação</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2011	53.065	6.603	7.941	10.482	13.701	91.792
Adições	9.588	3.237	508	1.895	1.803	17.031
Incorporação	5.595	139	738	131	303	6.906
Baixa	(1.979)	(1.909)	(66)	(5)	-	(3.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	66.269	8.070	9.121	12.503	15.807	111.770
Adições	12.041	2.618	1.997	1.243	5.993	23.892
Baixa	(1.831)	(4.036)	(97)	(51)	(222)	(6.237)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>76.479</b>	<b>6.652</b>	<b>11.021</b>	<b>13.695</b>	<b>21.578</b>	<b>129.425</b>
<b>Depreciação</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(29.814)	(3.303)	(3.365)	(2.605)	(5.419)	(44.506)
Depreciação no exercício	(8.679)	(1.170)	(775)	(1.067)	(952)	(12.643)
Incorporação	(3.951)	(85)	(377)	(23)	(78)	(4.514)
Baixa	2.567	1.007	214	17	49	3.854
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(39.877)	(3.551)	(4.303)	(3.678)	(6.400)	(57.809)
Depreciação do exercício	(9.691)	(1.299)	(880)	(1.224)	(2.812)	(15.906)
Baixa	1.484	3.025	72	39	63	4.683
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(48.084)</b>	<b>(1.825)</b>	<b>(5.111)</b>	<b>(4.863)</b>	<b>(9.149)</b>	<b>(69.032)</b>
<b>Valor residual</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>28.395</b>	<b>4.827</b>	<b>5.910</b>	<b>8.832</b>	<b>12.429</b>	<b>60.393</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	26.392	4.519	4.818	8.825	9.407	53.961
Saldo em 31 de dezembro de 2011	23.251	3.300	4.576	7.877	8.282	47.286
<b>Taxa média de depreciação anual</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	<b>4% a 10%</b>	

**Notas Explicativas**

	Consolidado					Total do ativo
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, Máquinas e	Outros	
<b>Custo ou avaliação</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	62.537	7.331	9.599	10.918	14.557	104.942
Adições	15.961	3.686	1.478	2.102	2.607	25.834
Baixas	(7.707)	(2.209)	(858)	(179)	(305)	(11.258)
Variação cambial	(76)	9	41	-	24	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	70.715	8.817	10.260	12.841	16.883	119.516
Adições	13.497	3.242	2.466	1.682	8.132	29.019
Aquisição de controlada	1.771	198	657	508	103	3.237
Baixas	(1.895)	(4.654)	(279)	(56)	(561)	(7.445)
Variação cambial	972	538	282	86	78	1.956
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>85.060</b>	<b>8.141</b>	<b>13.386</b>	<b>15.061</b>	<b>24.635</b>	<b>146.283</b>
<b>Depreciação</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(34.857)	(3.687)	(4.254)	(2.737)	(5.614)	(51.149)
Depreciação do exercício	(9.947)	(1.277)	(978)	(1.109)	(1.036)	(14.347)
Baixa	2.648	1.146	266	43	1	4.104
Variação cambial	(132)	7	108	(18)	-	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(42.288)	(3.811)	(4.858)	(3.821)	(6.649)	(61.427)
Depreciação do exercício	(11.188)	(1.527)	(1.130)	(1.350)	(3.280)	(18.475)
Baixa	1.550	3.419	189	40	280	5.478
Variação cambial	(710)	(343)	(82)	(55)	5	(1.185)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(52.636)</b>	<b>(2.262)</b>	<b>(5.881)</b>	<b>(5.186)</b>	<b>(9.644)</b>	<b>(75.609)</b>
<b>Valor residual</b>						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>32.424</b>	<b>5.879</b>	<b>7.505</b>	<b>9.875</b>	<b>14.991</b>	<b>70.674</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	28.427	5.006	5.402	9.020	10.234	58.089
Saldos em 31 de dezembro de 2011	27.680	3.644	5.345	8.181	8.943	53.793
Taxas médias de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Conforme comunicado ao Mercado no dia 16 de Outubro de 2013 a Companhia terá uma nova sede a partir de 2017, de modo que as benfeitorias nos imóveis da atual sede deverão ser depreciadas até esta data. O efeito dessa revisão, correspondeu a um aumento nas despesas de depreciação que impactarão os próximos exercícios no valor de aproximadamente R\$600 por ano.

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às Demonstrações Financeiras como um todo, a Companhia não apresentou outros ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2013.

## Notas Explicativas

### 13. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

#### Controladora

	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	Total do Ativo Intangível
<b>Custo ou avaliação</b>							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	169.426	61.987	83.222	201.043	14.015	339.435	869.128
Adições	5.289	-	-	-	3.000	-	8.289
Incorporação	9.973	1.624	-	3.273	-	-	14.870
Baixas	(2.756)	(462)	-	-	(2.087)	-	(5.305)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	181.932	63.149	83.222	204.316	14.928	339.435	886.982
Adições	7.980	-	-	3.270	152	14.291	25.693
Baixas	(832)	-	(83.222)	-	-	-	(84.054)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>189.080</b>	<b>63.149</b>	<b>-</b>	<b>207.586</b>	<b>15.080</b>	<b>353.726</b>	<b>828.621</b>
<b>Amortização</b>							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(58.351)	(14.508)	(63.729)	(66.944)	(8.876)	(134.214)	(346.622)
Amortização do exercício	(18.892)	(4.165)	(14.469)	(22.335)	(2.820)	-	(62.681)
Incorporação	(4.600)	(433)	-	(1.267)	-	-	(6.300)
Baixa	3.073	489	-	(1)	2.087	-	5.648
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(78.770)	(18.617)	(78.198)	(90.547)	(9.609)	(134.214)	(409.955)
Amortização do exercício	(20.309)	(4.201)	(5.024)	(22.485)	(1.999)	-	(54.018)
Baixa	832	-	83.222	1	-	-	84.055
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(98.247)</b>	<b>(22.818)</b>	<b>-</b>	<b>(113.031)</b>	<b>(11.608)</b>	<b>(134.214)</b>	<b>(379.918)</b>
<b>Valor residual</b>							
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>90.833</b>	<b>40.331</b>	<b>-</b>	<b>94.555</b>	<b>3.472</b>	<b>219.512</b>	<b>448.703</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.162	44.532	5.024	113.769	5.319	205.221	477.027
Saldos em 31 de dezembro de 2011	111.075	47.479	19.493	134.099	5.139	205.221	522.506
Taxas médias de amortização anual	<b>10% a 16,7%</b>	<b>8%</b>	<b>20% a 50%</b>	<b>10% a 12,5%</b>	<b>10% a 20%</b>		

**Notas Explicativas****Consolidado**

	<b>Software</b>	<b>Marcas e Patentes</b>	<b>Franquias</b>	<b>Carteira de Clientes</b>	<b>Outros</b>	<b>Ágio</b>	<b>Total do Ativo Intangível</b>
<b>Custo ou avaliação</b>							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	181.384	63.611	83.222	210.753	29.239	341.021	909.230
Adições	6.022	-	-	800	3.000	-	9.822
Baixas	(3.419)	(521)	-	(800)	(2.086)	-	(6.826)
Variação cambial	(849)	70	-	459	-	-	(320)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	183.138	63.160	83.222	211.212	30.153	341.021	911.906
Adições	15.772	3.597	-	8.921	10.152	168.186	206.628
Aquisição de controlada	1.680	2	-	-	-	-	1.682
Baixas	(832)	-	(83.222)	(785)	-	(530)	(85.369)
Variação cambial	925	1	-	43	1	-	970
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>200.683</b>	<b>66.760</b>	<b>-</b>	<b>219.391</b>	<b>40.306</b>	<b>508.677</b>	<b>1.035.817</b>
<b>Amortização</b>							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(64.260)	(14.878)	(63.729)	(69.788)	(15.987)	(134.829)	(363.471)
Amortização do exercício	(19.333)	(4.255)	(14.469)	(23.223)	(5.601)	-	(66.881)
Baixa	3.072	521	-	-	2.086	-	5.679
Variação cambial	589	(5)	-	(261)	-	-	323
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(79.932)	(18.617)	(78.198)	(93.272)	(19.502)	(134.829)	(424.350)
Amortização do exercício	(22.270)	(5.401)	(5.024)	(24.385)	(7.003)	-	(64.083)
Baixa	832	-	83.222	245	-	530	84.829
Variação cambial	(214)	(2)	-	(90)	-	-	(306)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(101.584)</b>	<b>(24.020)</b>	<b>-</b>	<b>(117.502)</b>	<b>(26.505)</b>	<b>(134.299)</b>	<b>(403.910)</b>
<b>Valor residual</b>							
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>99.099</b>	<b>42.740</b>	<b>-</b>	<b>101.889</b>	<b>13.801</b>	<b>374.378</b>	<b>631.907</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.206	44.543	5.024	117.940	10.651	206.192	487.556
Saldos em 31 de dezembro de 2011	117.124	48.733	19.493	140.965	13.252	206.192	545.759
<b>Taxas médias de amortização anual</b>	<b>10% a 16,7%</b>	<b>8,00%</b>	<b>20% a 50%</b>	<b>10% a 12,5%</b>	<b>10% a 50%</b>		

## Notas Explicativas

### 13.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios

Não houve movimentação em ágios no exercício de 2012. A composição em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e a movimentação no exercício de 2013 são apresentadas conforme segue:

<b>Incorporada</b>	<b>2012</b>	<b>Adições</b>	<b>2013</b>
RM	90.992	-	<b>90.992</b>
Logo Center	5.703	-	<b>5.703</b>
TOTVS BMI	2.053	-	<b>2.053</b>
Midbyte	1.765	-	<b>1.765</b>
IOSSTS	2.643	-	<b>2.643</b>
BCS	11.821	-	<b>11.821</b>
Datasul	30.084	-	<b>30.084</b>
Setware	961	-	<b>961</b>
Hery	2.927	-	<b>2.927</b>
TotalBanco	6.008	-	<b>6.008</b>
M2S	12	-	<b>12</b>
SRC	33.688	-	<b>33.688</b>
Mafipa	1.195	-	<b>1.195</b>
Gens FDES	16.340	-	<b>16.340</b>
W&D (a)	-	73.678	<b>73.678</b>
uMov.me	-	3.061	<b>3.061</b>
PRX (a)	-	14.291	<b>14.291</b>
RMS (a)	-	59.074	<b>59.074</b>
Seventeen (a)	-	18.082	<b>18.082</b>
	<b>206.192</b>	<b>168.186</b>	<b>374.378</b>

(a) Combinação de negócios 2013, vide nota 3.

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente.

A coluna “**Outros**” na tabela de movimentação dos Intangíveis é composta basicamente por direito de não concorrência, oriundo da alocação de preço de compra da empresa W&D, PRX e P2RX (vide nota 3.2) e também por direitos de exploração de áreas e desenvolvimento de novos produtos que tem as seguintes características:

#### **a) Direitos de exploração de áreas**

Os direitos de exploração de áreas estão relacionados às aquisições das carteiras de clientes das regiões do Grande ABC de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, anteriormente atendidas por franquias da Microsiga e Logocenter. Estes direitos são amortizados de forma linear pelo prazo de 84 a 120 meses, segundo as expectativas de rentabilidades futuras, fundamentadas em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas independentes que utilizam o critério de fluxo de caixa descontado.

## Notas Explicativas

### **b) Desenvolvimento de novos produtos**

O desenvolvimento de novos produtos representa os gastos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento do software intermediário (*middleware*) denominado “Ginga TQTVD” que tem permitido a implementação de aplicações interativas para a TV Digital. O valor residual em 31 de dezembro de 2013 era de R\$2.327 (R\$5.331 em 31 de dezembro de 2012).

O desenvolvimento do software “Ginga TQTVD” começou em 2007 com a parceria da Quality Software S.A. “Quality” com a aquisição de quotas de participação no capital da TQTVD Software Ltda “TQTVD”. Em 2010 a Companhia adquiriu a participação remanescente, passando a deter a totalidade das quotas do capital da TQTVD.

### **13.2. Análise do valor recuperável de ativos**

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2013, além do período de 5 anos variaram de 0% a 2%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 9% a 14,2% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada.

## Notas Explicativas

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas** – As receitas foram projetadas entre 2014 e 2018 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital** – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente.

### 14. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	2012	<b>2013</b>	2012
<b>Obrigações trabalhistas</b>				
Salários a pagar	<b>20.326</b>	18.666	<b>22.635</b>	19.694
Plano de previdência a pagar	<b>677</b>	602	<b>703</b>	623
Férias a pagar	<b>43.044</b>	39.108	<b>50.130</b>	41.922
PLR e Bônus	<b>6.947</b>	18.259	<b>9.239</b>	18.264
Outros	<b>2.102</b>	2.718	<b>4.815</b>	4.668
	<b>73.096</b>	79.353	<b>87.522</b>	85.171
<b>Obrigações sociais</b>				
FGTS a pagar	<b>3.453</b>	3.107	<b>4.129</b>	3.325
INSS a pagar	<b>6.845</b>	6.179	<b>7.901</b>	6.576
	<b>10.298</b>	9.286	<b>12.030</b>	9.901
	<b>83.394</b>	88.639	<b>99.552</b>	95.072



## Notas Explicativas

### 15. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
BNDES (a)	<b>305.095</b>	104.495	<b>305.095</b>	104.495
FINEP (b)	<b>32</b>	424	<b>32</b>	424
Contas garantidas e outras	-	-	<b>1.316</b>	548
	<b>305.127</b>	104.919	<b>306.443</b>	105.467
Passivo circulante	<b>55.127</b>	53.851	<b>56.443</b>	54.399
Passivo não circulante	<b>250.000</b>	51.068	<b>250.000</b>	51.068

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014	-	51.068	-	51.068
2015	10.417	-	10.417	-
2016	62.500	-	62.500	-
2017 em diante	177.083	-	177.083	-
Passivo não circulante	<b>250.000</b>	51.068	<b>250.000</b>	51.068

Abaixo, demonstramos a movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do ano	<b>104.919</b>	160.842	<b>105.467</b>	162.968
Adições	250.000	-	263.901	-
Juros Incorridos	7.367	7.455	7.480	6.973
Amortizações	(57.159)	(63.378)	(70.405)	(64.474)
Saldo no final do ano	<b>305.127</b>	104.919	<b>306.443</b>	105.467

#### a) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no valor de R\$204.500, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT. A disponibilização do crédito à Companhia se deu parte em setembro de 2008 no valor de R\$160.000, o qual possui como garantia carta fiança bancária e o restante em abril de 2009 no valor de R\$44.500.

## Notas Explicativas

O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de *software*, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

Em 13 de setembro de 2013 foi aprovada pelo Conselho de Administração nova tomada de crédito junto ao BNDES no montante de R\$658.501 com prazo de amortização de 72 meses, incluindo carência de 24 meses sobre o montante principal, a serem liberados conforme comprovação de realização dos investimentos e está dividido em três subcréditos:

**Subcrédito “A”**, no montante de R\$596.835, sobre o qual incidirão juros de 1,5% ao ano acima da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, a ser utilizado entre 2013 e 2015 na promoção da evolução qualitativa das soluções ofertadas pela TOTVS, no âmbito do Programa BNDES PROSOFT;

**Subcrédito “B”**, no montante de R\$58.466, sobre o qual incidirão juros de 3,5% ao ano, a ser utilizado no desenvolvimento de sua plataforma denominada “FLUIG”, no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento – PSI, Subprograma Inovação e Máquinas e Equipamentos Eficientes;

**Subcrédito “C”**, no montante de R\$3.300, sobre o qual incidirá a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, a ser investido em projetos de âmbito social a serem executados pela Companhia.

Em outubro de 2013 foi disponibilizado a Companhia o montante de R\$250.000.

### ***b) Desenvolvimento de software – FINEP – Financiadora de estudos e projetos***

O referido empréstimo – contratado pela então controlada Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fianças bancária.

## 16. Debêntures

### ***a) Descrição da operação***

Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R\$200.000 através da emissão de até 100.000 (“Units”), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série.

Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia (“Debêntures”); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a Companhia celebrou o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

## Notas Explicativas

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPCA acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As *Units* poderiam ser convertidas obrigatoriamente em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo – (“Bovespa”) e apurado na data de aniversário das *Units*, em cada período, fosse maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 (“período base”), acrescido do prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subsequentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos foram atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures e atualizados com base na média geométrica entre o IPCA + 12% e TJLP +9% para o número de dias corridos entre a data de apuração e a data de emissão.

Caso a valorização atingisse as condições acima descritas os debenturistas ficariam obrigados a converterem as debêntures, sendo que a conversão obrigatória somente poderia ocorrer após 2 anos da data de sua emissão, ou seja, 19 de agosto de 2010, em até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2011, até 45% em 2012 e até 60 % em 2013. Uma vez que as condições descritas foram atingidas, a Companhia converteu obrigatoriamente 60% das debêntures emitidas em ações.

O preço de conversão também foi o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio sobre o valor ponderado das ações do mencionado período. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos foram atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures.

Não obstante a esses percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas puderam converter 100% das debêntures caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%. O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado conforme aumento de capital.

As debêntures não convertidas farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPC-A acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPC-A acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano. O prêmio de não conversão será pago em, no máximo, 6 parcelas e em até 3 anos contados a partir da data do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

## Notas Explicativas

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado para o caso do não cumprimento de determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estipuladas.

A emissão não foi objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

### ***b) Cláusula de “não conversão das debêntures”***

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPCA acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada no acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPCA acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo 06 parcelas, e em até 03 anos contados a partir do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

### ***c) Saldo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012***

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Debêntures	Encargos financeiros anuais	Preço Unitário	Controladora e Consolidado	
				2013	2012
1ª série	100.000	IPCA* + 3,5% limitada à TJLP + 1,5%	1,00	<b>39.760</b>	55.313
2ª série	100.000	TJLP + 1,5%	1,00	<b>39.760</b>	55.313
		Subtotal		<b>79.520</b>	110.626
		Prêmio por não conversão		<b>24.685</b>	19.743
		Valor justo de conversões futuras		-	12.308
		Total		<b>104.205</b>	142.677
		Passivo circulante		<b>1.805</b>	42.930
		Passivo não circulante		<b>102.400</b>	99.747

\* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

O valor do montante de longo prazo possui prazo de vencimento conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012
Agosto de 2015	<b>29.712</b>	32.002
Agosto de 2016	<b>48.002</b>	48.002
Fevereiro de 2017 em diante	<b>24.686</b>	19.743
	<b>102.400</b>	99.747

O movimentação nos períodos considerados ocorreu como demonstrado abaixo:

## Notas Explicativas

### Debêntures e Prêmio de Não Conversão

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Saldo no início do ano	130.369	157.111
Juros incorridos	11.296	13.896
Amortizações	(37.460)	(40.638)
Saldo no final do ano	104.205	130.369

### Valor justo de conversões futuras

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Saldo no início do ano	12.308	13.477
Atualização a valor de mercado	123	17.311
Reversões	(12.431)	(18.480)
Saldo no final do ano	-	12.308

### d) Conversão de debêntures

O preço médio ponderado dos últimos 360 dias das ações da Companhia nas datas de conversão, em agosto de 2010, 2011, 2012 e 2013 superaram o preço médio ponderado do "período base" corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15%, 30%, 45% e 60%, respectivamente, das *Units*. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor normal com consequente aumento no capital social da Companhia, conforme abaixo:

Ano	Ações	Preço por ação	Aumento de Capital
2010	306.870	R\$ 97,74768	R\$ 29.996
2011	1.389.191	R\$ 21,59671	R\$ 30.002
2012	1.267.849	R\$ 23,66052	R\$ 29.998
2013	1.141.532	R\$ 26,28040	R\$30.000

### e) Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação, por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura tendo sido o montante reconhecido após a avaliação da provável conversão de opção em ações da Companhia em todas as tranches com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação que considera o preço futuro das ações comparado com os preços estabelecidos para a conversão ("strike price") e demais variáveis previstas na escritura de debêntures, usando o método de Monte Carlo de precificação de opções na data de encerramento das demonstrações financeiras. Foram levados em consideração os CPCs 38 (IAS 39), e 39 (IAS 32) para avaliação da transação e também os valores reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía um passivo de R\$12.308 relacionado as tranches não exercidas, que tem como contrapartida o resultado financeiro. Em 2013, o saldo residual que permanecia no

## Notas Explicativas

passivo até a ocorrência da conversão foi transferido para uma conta patrimonial, não havendo mais conversões futuras.

### 17. Obrigações por aquisição de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tools (a)	-	1.711	-	1.711
Techprod (a)	-	450	-	450
Techserv (a)	-	296	-	296
Datasul MG	2.226	2.012	2.226	2.012
Datasul Saúde MG	641	641	641	641
ERP Cedente	138	261	138	261
TotalBanco	748	1.383	748	1.383
Hery	1.563	2.549	1.563	2.549
TQTV D	662	380	662	380
SRC	161	4.325	161	4.325
Mafipa	957	1.302	957	1.302
Gens FDES	8.940	8.954	8.940	8.954
PRX	11.903	-	11.903	-
Umov.me	-	-	848	-
RMS	-	-	29.604	-
Seventeen	-	-	9.734	-
W&D Participações	-	-	41.422	-
Outras (a)	-	600	-	600
<b>Total</b>	<b>27.939</b>	<b>24.864</b>	<b>109.547</b>	<b>24.864</b>
Passivo circulante	8.530	11.399	63.717	11.399
Passivo não circulante	19.409	13.465	45.830	13.465

(a) Os índices de reajustes das parcelas variam de 100% a 100,5% do CDI.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014	-	4.763	-	4.763
2015	4.739	3.526	4.739	3.526
2016	14.670	5.176	36.091	5.176
2017 em diante	-	-	5.000	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>19.409</b>	<b>13.465</b>	<b>45.830</b>	<b>13.465</b>

## Notas Explicativas

Os valores registrados no passivo não circulante são ajustados a valor presente pela taxa de 11,18% a.a. em 2013 (11,2% em 2012).

### 18. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

#### *a) Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais*

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributárias	645	687	645	687
Cíveis	992	958	1.114	958
Trabalhistas	5.546	4.725	5.546	4.725
	<b>7.183</b>	<b>6.370</b>	<b>7.305</b>	<b>6.370</b>

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é como segue:

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	686	1.281	621	2.588
(+) Complemento de provisões	-	3.201	316	3.517
(+) Atualização monetária	1	243	21	265
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>687</b>	<b>4.725</b>	<b>958</b>	<b>6.370</b>
(+) Complemento de provisões	-	1.242	446	1.688
(+) Atualização monetária	33	243	352	628
(-) Reversão de provisão não utilizada	(75)	(664)	(764)	(1.503)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>645</b>	<b>5.546</b>	<b>992</b>	<b>7.183</b>

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	686	1.281	621	2.588
(+) Complemento de provisões	-	3.201	316	3.517
(+) Atualização monetária	1	243	21	265
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>687</b>	<b>4.725</b>	<b>958</b>	<b>6.370</b>
(+) Complemento de provisões	-	1.242	568	1.810
(+) Atualização monetária	33	243	352	628
(-) Reversão de provisão não utilizada	(75)	(664)	(764)	(1.503)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>645</b>	<b>5.546</b>	<b>1.114</b>	<b>7.305</b>

## Notas Explicativas

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados na Companhia de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Previdenciárias	2.877	2.575
Tributárias	1.655	1.956
Trabalhistas	8.733	2.689
Cíveis	1.351	611
	<b>14.616</b>	<b>7.831</b>

Detalhe das principais ações cuja provisão foi contabilmente reconhecida é como segue:

### Tributárias

A Companhia possui provisão relativa aos processos onde são discutidos judicialmente a exigibilidade de impostos e contribuições cobradas. Em 31 de dezembro de 2013, a provisão reconhecida para essas demandas judiciais totalizavam R\$645 (R\$687 em 31 de dezembro de 2012), e os depósitos judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2013 totalizavam R\$919 (R\$ 870 em 31 de dezembro de 2012).

### Cíveis

A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança e pedidos de indenização, ações indenizatórias decorrentes de problemas de implantação, assim como ações ajuizadas em razão da cobrança do incremento padrão. Em 31 de dezembro de 2013, a provisão constituída para essas demandas totaliza o montante R\$1.114 (R\$958 em 31 de dezembro de 2012).

### Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias, horas extras e equiparação salarial. O valor provisionado é de R\$5.546 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.725 em 31 de dezembro de 2012).

### ***b) Outros processos em andamento (Classificação de perda "Possível")***

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:



## Notas Explicativas

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Previdenciárias	<b>18.219</b>	17.935	<b>18.277</b>	17.935
Tributárias	<b>19.780</b>	20.018	<b>33.658</b>	20.018
Cíveis	<b>122.054</b>	52.841	<b>124.650</b>	52.841
Trabalhistas	<b>20.648</b>	8.466	<b>23.502</b>	8.466
	<b>180.701</b>	99.260	<b>200.087</b>	99.260

A seguir o resumo das principais ações em andamento:

### Previdenciárias

A Companhia sucedeu a discussão em embargos à execução fiscal a inexigibilidade da NFLD, originalmente lavrada em face da Datasul S.A., cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 era de R\$8.767 (R\$9.014 em 31 de dezembro de 2012). A referida notificação foi imposta pelo INSS em razão de suposta irregularidade em terceirização de serviços. Os embargos aguardam julgamento em sede de Recurso Especial.

Em junho de 2010, foram lavrados autos de infração pelos fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante atualizado de R\$5.002 (R\$6.382 em 31 de dezembro de 2012) que objetivaram, em síntese: (i) uma suposta caracterização de autônomos e pessoas jurídicas como segurados empregados; e (ii) responsabilidade solidária por serviços prestados por empresa de trabalho temporário.

A Companhia apresentou as respectivas impugnações aos autos de infração e aguarda a manifestação da Receita Federal.

Os demais processos classificados como de perda possível de natureza previdenciária versam sobre cobrança de créditos que a Companhia entende indevidos. O valor dessas ações totalizam R\$4.508 em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.539 em 31 de dezembro de 2012).

### Tributárias

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2008, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração, relativos a questionamentos por ter-se deixado de adicionar ao seu lucro líquido tributável parte dos lucros a ela supostamente disponibilizados por empresa controlada no exterior e sobre amortização indevida, na apuração do lucro tributável, do valor do ágio apurado na incorporação da ABR1 pela Companhia nos anos calendário de 2003 a 2006. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal. O montante atualizado para este processo era de R\$4.677 em 31 de dezembro de 2013 (R\$5.123 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia sofreu oito autuações pela Municipalidade de São Paulo para exigência do ISS, relativas ao período de 1996 a 2000, no valor atualizado de R\$5.783 (R\$7.297 em 31 de dezembro de 2012). As

## Notas Explicativas

autuações foram mantidas na esfera administrativa, uma vez que a Municipalidade de São Paulo entende que os serviços prestados pela filial de Joinville seriam na verdade desenvolvidos dentro dos limites do Município de São Paulo.

A PC Sistemas, empresa adquirida através da W&D pela Companhia em 2013 (Nota 3), possui Auto de Infração classificado como perda possível referente a omissão de saída de mercadoria, apurada pelo confronto entre os valores registrados nos livros fiscais próprios e os valores das saídas reais de mercadorias registradas no banco de dados que o contribuinte utilizava para armazenar suas operações de saída. Está sendo cobrado o valor de R\$1.655 de ICMS referente a base de cálculo apurada pela proporcionalidade de comercialização de mercadorias tributadas juntamente com penalidade e acréscimos legais, sendo que o valor atualizado para este processo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 8.318.

Os demais processos classificados como de perda possível de natureza tributária versam sobre cobrança de créditos que a Companhia entende indevidos. O valor dessas ações totalizam R\$14.880 em 31 de dezembro de 2013 (R\$7.598 em 31 de dezembro de 2012).

### Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível referem-se principalmente a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e, cobranças feitas indevidamente. O valor dessas ações totalizam R\$124.650 em 31 de dezembro de 2013 (R\$52.841 em 31 de dezembro de 2012), não havendo nenhum processo de valor individual relevante.

### Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista classificados como de perda possível referem-se aos processos movidos por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício e demais crédito trabalhistas. O valor dessas ações totalizam R\$23.502 em 31 de dezembro de 2013 (R\$8.466 em 31 de dezembro de 2012).

## 19. Patrimônio líquido

### a) *Capital social*

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia era composto por 163.467.071 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (161.629.945 em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrado abaixo:

**Notas Explicativas**

Acionista	2013		2012	
	Ações	%	Ações	%
LC EH Participações e Empreendimentos S/A	26.760.990	16,37%	26.760.990	16,56%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	16.042.359	9,81%	16.042.359	9,93%
BlackRock Inc.	5.946.739	3,64%	8.102.220	5,01%
BNDES Participações S/A	7.444.981	4,55%	6.319.048	3,91%
Laércio José de Lucena Cosentino	1.812.021	1,11%	1.766.265	1,09%
Ernesto Mário Haberkorn	55.140	0,03%	16.810	0,01%
CSHG Senta Pua Fia	43.500	0,03%	43.500	0,03%
Outros	104.997.977	64,24%	102.578.753	63,47%
Ações em Tesouraria	363.364	0,22%	-	-
Total	163.467.071	100,00%	161.629.945	100,00%

O limite de capital autorizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 540.000. Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas.

Conforme mencionado na nota 16, em função da conversão de debêntures em ações da Companhia, em 19 de agosto de 2013, o conselho de Administração da TOTVS aprovou a emissão de 1.141.532 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$26,280409 por ação, com consequente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$30.000.

**b) Reservas de capital**

Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram compostos da seguinte forma:

	2013	2012
Reserva de ágio (a)	<b>31.557</b>	31.557
Reserva de ágio por incorporação	<b>14.330</b>	14.330
Debêntures convertidas em ações (valor justo) (nota 16)	<b>44.629</b>	32.198
Plano de outorga de ações (nota 22)	<b>33.329</b>	25.674
	<b>123.845</b>	103.759

(a) A Reserva de ágio no montante de R\$31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005.

A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para:

- i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- ii) resgate, reembolso ou compra de ações;

## Notas Explicativas

- iii) resgate de partes beneficiárias;
- iv) incorporação ao capital social; ou
- v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada.

### c) *Reserva legal*

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

### d) *Ações em tesouraria*

Em 28 de junho de 2013, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração, para a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas.

Esta recompra teve início em 1º de julho de 2013 com prazo de duração de 365 dias a contar desta data, sendo as aquisições realizadas a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas dentro do prazo do programa, seja em uma única operação ou em uma série de operações, tudo dentro dos limites legais e na quantidade máxima de até 3.200.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor</b>	<b>Preço médio por ação</b>
Saldo no início do exercício	-	-	-
Adquiridas	381.800	13.617	35,66
Utilizadas	(18.436)	(657)	22,87
Saldo no final do exercício	363.364	12.960	35,66

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a utilização de 18.436 ações em tesouraria pelo plano de outorga de opções de ações consumiu R\$243 de deságio.

## 20. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 30 de julho de 2013, o Conselho de Administração deliberou a distribuição e o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$21.508 relativos ao primeiro semestre de 2013.

## Notas Explicativas

Em 19 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração autorizou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$18.337 (R\$40.200 em 31 de dezembro de 2012), a ser imputado no dividendo mínimo obrigatório, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

	Controladora	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício da controladora	<b>222.512</b>	207.148
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	<b>(11.126)</b>	(10.357)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	<b>211.386</b>	196.791
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	<b>52.847</b>	49.198
Dividendos adicionais propostos pela Administração	<b>102.912</b>	68.803
Dividendos propostos pela Administração	<b>155.759</b>	118.001
<b>Forma de pagamento:</b>		
Juros sobre o capital próprio	<b>39.845</b>	40.200
Dividendos	<b>115.914</b>	77.801
	<b>155.759</b>	118.001
<b>Movimentação dos dividendos no Patrimônio Líquido:</b>		
Dividendos referentes ao exercício anterior	<b>(68.803)</b>	(59.396)
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	<b>52.845</b>	49.198
Total de dividendos subtraídos do Patrimônio Líquido	<b>(15.958)</b>	(10.198)
Quantidade de ações em 31 de dezembro	163.467.071	161.629.945
Dividendo e juros sobre o capital próprio por ação – em reais	<b>0,95</b>	0,73

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$32.012 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 49.681 em 31 de dezembro de 2012) inclui a distribuição do exercício demonstrada acima, assim como o saldo residual de exercícios anteriores.

Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisões no passivo circulante), e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração do patrimônio líquido.

A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2013 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2014, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo total da conta de reserva para retenção de lucros, no montante de R\$305.657 (R\$250.030 em 31 de dezembro de 2012), para as aplicações demonstradas abaixo:

**Notas Explicativas**Aplicações:

Projetos de expansão, reposição de ativos e pesquisa e desenvolvimento para o próximo ano

Total das aplicações

2013	2012
<b>406.066</b>	424.379
<b>406.066</b>	424.379

Fontes:

Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro

Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais e financeiras do próximo ano (não auditado)

Total das fontes

<b>305.655</b>	250.027
<b>343.694</b>	174.352
<b>649.349</b>	424.379

**21. Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado
		De	Até		
Compreensivo Empresarial	Itaú Seguros S.A.	13/6/2013	13/6/2014	80.000	160.482
Responsabilidade Civil Geral	Itaú Seguros S.A.	13/6/2013	13/6/2014	4.000	-
Veículos	Itaú Seguros S.A.	7/1/2013	7/1/2014	-	Tabela FIPE (*)
D&O – Responsabilidade Civil de Executivos	Itaú Seguros S.A.	1/6/2013	1/6/2014	40.000	-

(\*) Valor de mercado determinado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

## Notas Explicativas

### 22. Plano de outorga de opção de ações

O Plano de Incentivo baseado em Ações da Companhia tem por objetivo estabelecer regras para que determinados funcionários e administradores da TOTVS ou de outras sociedades sob o seu controle possam adquirir ações de sua emissão através da outorga de Opção de compra Ações, visando, com isso, gerar o alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas, ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco, vincular a concessão de incentivos de longo prazo com o resultado de curto prazo da Companhia e do executivo e introduzir o conceito de “Programa de Sócios”, que reforça o poder de retenção de um grupo estratégico selecionado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelece anualmente programas de outorga, cabendo-lhe definir (i) os Beneficiários de cada tipo de opção e a eleição para o Programa de Sócios; (ii) o número total de opções de cada tipo, bem como o número de opções de cada tipo a que cada Beneficiário fará jus individualmente; (iii) as metas relacionadas a desempenho para estabelecer critérios de eleição de Beneficiários e determinação de número de opções a serem outorgadas a cada Beneficiário; (iv) a forma e o prazo de pagamento do preço de exercício das opções.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo *Black-Scholes* de precificação de opções. Os principais eventos relacionados aos planos, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Nº	Data	Quantidade de opções (*)	Preço de exercício (*)	Precificação de Opções (*)	Premissas valor justo			
					Expectativa de:		Taxa de juros livre de risco	Prazo de Maturidade
					Dividendos	Volatilidade		
2ª	22.01.09	912.775	R\$ 7,21	2,24	3,30%	38,54%	11,25%	3 anos
3ª	22.01.10	1.676.575	R\$ 23,36	7,96	1,97%	37,37%	10,75%	3 anos
4ª	19.11.11	1.854.210	R\$ 30,38	13,29 e 14,85	2,00%	37,37%	10,75%	2 a 4 anos
5ª	12.08.11	500.000	R\$ 25,67	7,41, 8,98 e 10,23	2,00%	34,60%	10,75%	2 a 4 anos
6ª	13.02.12	50.000	R\$ 30,47	10,83	1,92%	32,82%	10,00%	3 anos
7ª	01.06.12	40.000	R\$ 35,00	12,00	1,92%	32,82%	10,00%	3 anos
8ª	20.02.13	683.423	R\$42,63	11,97	1,70%	30,09%	7,25%	3 anos
9ª	20.02.13	96.791	-	41,60	1,70%	30,09%	7,25%	3 anos

(\*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

## Notas Explicativas

A movimentação das opções no exercício é demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Quantidade	Custo Médio (R\$)	Quantidade	Custo Médio (R\$)
Saldo de opções de compra no início do exercício	3.139.655	10,67	4.091.480	8,86
Movimentações:				
Exercidas	(718.030)	22,92	(882.020)	2,46
Concedidas	780.214	15,64	90.000	11,35
Canceladas	(431.057)	14,69	(159.805)	10,03
Saldo de opções de compras no fim do exercício	2.770.782	12,40	3.139.655	10,67

Em 31 de dezembro de 2013 existiam 420.600 opções exercíveis, uma vez que já transcorreu o prazo de 36 meses da data da 2ª e 3ª outorgas.

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$7.898 (R\$9.004 em 31 de dezembro de 2012), registrado como despesa de concessão de opções de compra de ação.

## 23. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Receitas financeiras</u>				
Receitas de aplicações financeiras	24.750	24.234	27.660	27.343
Variação monetária ativa	796	74	1.521	542
Descontos obtidos	1.005	7.830	2.166	7.830
Ajuste a valor de mercado	3.923	3.145	3.923	3.145
Juros recebidos	4.262	4.517	4.479	4.517
Outras receitas financeiras	1.691	899	710	2.038
	36.427	40.699	40.459	45.415



## Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos ou incorridos	(18.363)	(21.539)	(20.151)	(21.946)
Variação monetária passiva	(304)	(29)	(786)	(408)
Comissões e despesas bancárias	(3.528)	(3.356)	(3.796)	(3.603)
Descontos concedidos	(4.051)	(3.790)	(7.220)	(3.790)
Marcação a mercado e prêmio de não conversão das debêntures	(9.348)	(22.122)	(9.348)	(22.122)
Outras despesas financeiras	(1.553)	(966)	(1.815)	(2.169)
	(37.147)	(51.802)	(43.116)	(54.038)
<b>Receitas e Despesas Financeiras Líquidas</b>	<b>(720)</b>	<b>(11.103)</b>	<b>(2.657)</b>	<b>(8.623)</b>

## 24. Plano de Previdência Privada – Contribuição definida

A Companhia oferece o “Programa de Previdência Complementar “TOTVS”, administradas pelo Itaú Vida e Previdência, no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Companhia, descritas no Contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em:

- Contribuição Básica – contribuição efetuada pelo participante, correspondente a 2% do salário; no caso de diretores estatutários a contribuição varia de 2% a 5%.
- Contribuição Voluntária – contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da empresa.
- Contribuição da Empresa – correspondente a 100% da contribuição básica. A empresa poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e frequências livres.

## 25. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

## Notas Explicativas

Controladora e Consolidado		
	2013	2012
<b>Resultado básico por ação</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	222.512	207.148
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	162.357	160.563
<b>Resultado básico por ação</b>	<b>R\$1,37</b>	<b>R\$1,29</b>
	2013	2012
<b>Resultado diluído por ação</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	222.512	207.148
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	162.357	160.563
Média ponderada de número de opções de Ações	3.202	3.392
Média ponderada de número de debêntures conversíveis	-	1.944
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	165.559	165.899
<b>Resultado diluído por ação</b>	<b>R\$1,34</b>	<b>R\$1,25</b>

## 26. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza e função para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Insumos	489.046	390.661	561.795	480.154
Pessoal	439.016	407.605	531.999	473.051
Depreciação e amortização	69.924	75.324	82.558	81.228
Aluguéis	22.889	19.785	25.364	21.794
PCLD	20.275	20.787	23.652	23.234
Outras	59.287	31.542	66.906	37.695
<b>Total</b>	<b>1.100.437</b>	<b>945.704</b>	<b>1.292.274</b>	<b>1.117.156</b>

## Notas Explicativas

<b>Função</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Custo dos bens e/ou serviços prestados	<b>450.120</b>	363.807	<b>541.296</b>	456.820
Despesas com vendas	<b>81.923</b>	67.366	<b>107.432</b>	88.058
Despesas administrativas	<b>81.052</b>	72.277	<b>95.809</b>	82.875
Outras despesas operacionais	<b>487.342</b>	442.254	<b>547.737</b>	489.403
<b>Total</b>	<b>1.100.437</b>	945.704	<b>1.292.274</b>	1.117.156

### 27. Receita bruta de vendas

A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita bruta	<b>1.586.073</b>	1.330.918	<b>1.774.600</b>	1.539.108
Taxas de licenciamento	<b>341.737</b>	294.207	<b>383.773</b>	357.789
Serviços	<b>447.321</b>	328.633	<b>537.629</b>	455.211
Manutenção	<b>797.015</b>	708.078	<b>853.198</b>	726.108
Deduções	<b>(147.742)</b>	(109.342)	<b>(162.806)</b>	(125.132)
Cancelamentos	<b>(15.015)</b>	(180)	<b>(17.166)</b>	(1.964)
Impostos incidentes sobre vendas	<b>(132.727)</b>	(109.162)	<b>(145.640)</b>	(123.168)
PIS / COFINS / ISS	<b>(111.858)</b>	(88.239)	<b>(122.817)</b>	(99.733)
INSS	<b>(20.869)</b>	(20.923)	<b>(22.823)</b>	(23.435)
Receita Líquida	<b>1.438.331</b>	1.221.576	<b>1.611.794</b>	1.413.976

As vendas acumuladas no exercício referente as operações no México e Argentina totalizam R\$28.415 em 31 de dezembro de 2013 (R\$21.450 em 31 de dezembro de 2012).

### 28. Evento subsequente

No dia 16 de Janeiro de 2014 o CADE aprovou sem restrições a aquisição de participação no capital da Ciashop pela Companhia, concluindo as condições suspensivas acordadas em contrato, conforme Nota 3.

\* \* \* \*